

# RESOLUÇÃO: NÃO VAI TER TRÉGUA, VAI TER LUTA!

O ciclo de lutas e conquistas dos trabalhadores em Educação do Ceará entre 2011 e 2015 foi marcado por importantes avanços. Esse processo foi fruto de mobilizações, proposições, articulações e muita negociação. Neste sentido, reconhecer as conquistas coletivas significa potencializar nossa saga pelo resgate, manutenção e ampliação de direitos.

A estratégia diferenciada de nossa entidade, acolhida pela categoria, de investir na qualificação de nossas intervenções, seja nas proposições, mobilizações e domínio dos números como também na reivindicação e conquista de uma mesa específica de negociação em lei, com fonte de financiamento próprio, trouxe resultados positivos para valorização da escola pública e de seus profissionais, tais como:

<b>2011</b>	Lei do reajuste salarial dos temporários; progressão de 2009 e 2010 para 100% dos aptos; elevação do teto e do valor do vale alimentação; aumento diferenciado de 7,5%; elevação da regência do Mestre de 10% para 20%; elevação da regência do Doutor de 10% para 40%; aumento obrigatório em lei do comprometimento do FUNDEB com a valorização do magistério de 60% para 80%;
<b>2012</b>	Criação da PVR; Comissão de Negociação Paritária; implantação do 1/3 de planejamento.
<b>2013</b>	Bônus de integralização do 1/3; bônus "Raspa do Tacho"; concurso público para 3.000 vagas; lei de ampliação definitiva para professores; aumento na gratificação de coordenadores; aumento na gratificação de secretários escolares; universalização da gratificação de diretor; progressões 2011 e 2012 (100% dos aptos); progressão 2013 para 60% dos aptos.
<b>2014</b>	Aumento & prorrogação da PVR; convocação de 3.000 aprovados nas vagas; convocação de 1.044 aprovados além das vagas; regularização da situação funcional de servidores ADO; regularização da aposentadoria de 8.000 professores; progressão 2014 conforme legislação (1ª vez na história).
<b>2015</b>	Auxílio alimentação para temporários; convocação de 212 aprovados além das vagas; prorrogação do prazo de validade do concurso 2013; aumento de 6,16%, completando os 13% para todos os ativos, aposentados e temporários (único no Brasil); progressão 2015 (com atraso); DESCOMPRESSÃO DA CARREIRA, PROGRESSÃO ESPECIAL para 5.000 professores a ser realizada em 2016

Nós rompemos com a MESA PERMANENTE DE ENROLAÇÃO (MENP), em que o FUASPEC sofre com a inoperância do governo. O Fórum se tornou um balaio de interesses eleitorais, permitindo que os governos congelassem as negociações ao seu bel prazer. Nossa categoria demonstrou coragem e competência para fazer a diferença e garantir ganhos remuneratórios, enquanto que na MESA PERMANENTE as perdas foram cumulativas, chegando a 57%.

Mesmo com o agouro e boicote de setores organizados dentro de nossa categoria, que não acreditaram em nenhum momento na luta nacional pelo pré-sal, nacionalização da carreira, royalties no FUNDEB, 10% do PIB, convocação dos concursados, descompressão, ampliação, precatórios do FUNDEF, piso na carreira, nós fizemos manifestações no interior e capital, ocupamos aeroportos, marchamos com estudantes pelas cotas, pré-sal, Enem, Prouni, PNE, descompressão, democracia e manutenção de direitos.

O retrospecto acima é para sinalizar para nossa brava categoria que não vamos dar trégua ao fascismo, golpismo e muito menos aos governos. Nem vamos cair na demagogia do discurso fácil ou no radicalismo sem rumo.

Para enfrentar a conjuntura de crise política e fiscal, se faz necessário uma pauta articulada nacionalmente, onde a democracia e a defesa dos direitos dos trabalhadores sejam elo de unidade e enfrentamento à onda neoliberal, golpista e entreguista. O conluio do retrocesso quer liquidar tudo: piso, carreira, pré-sal, CLT, aposentadoria, Enem, cotas, FUNDEB, concurso público, 1/3 de planejamento, escola pública.

Neste sentido, vamos exigir do governador Camilo uma proposta específica de valorização dos profissionais da Educação e o reajuste geral dos servidores, acoplada ao atendimento de nossas reivindicações de melhores condições estruturais e pedagógicas nas escolas estaduais.

A crise fiscal não pode ser colocada na conta dos trabalhadores. Assim sendo, temos que somar forças contra os termos de condicionamento da RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS (PLC 257/2016), que apontam para precarização das relações de trabalho e arrocho salarial. Queremos superar a crise fiscal com a criação de imposto sobre grandes fortunas, combate à sonegação, repatriação dos recursos sonegados, vinculação dos recursos do pré-sal para valorização...

Estamos dispostos e preparados para qualquer cenário, de forma responsável e forte, sob a legalidade e com ampla articulação política. Vamos fortalecer nossa luta no interior e capital. Com a categoria em assembleia deliberaremos nossos destinos.

Direção Executiva  
Sindicato APEOC